

ARTIGO

A FORÇA DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA NA PRÁTICA DO PROFESSOR

Carina Copatti¹

RESUMO

O artigo tem como objetivo refletir sobre a força que o livro didático exerce na relação com o professor de geografia. Para tanto, tem como centralidade as seguintes questões: de que maneira o livro didático influencia o trabalho docente? Na perspectiva da autonomia do professor, que situações podem emergir da relação com o livro didático? Nessa abordagem, de cunho teórico, considera-se que a força do livro didático ganha mais notoriedade quanto maior é a dependência do professor em relação a ele. Diante disso, podem existir tensões nessa relação, pela dependência do professor; ou, ao desenvolver sua autonomia, construir diferentes intenções ao utilizar esse material.

Palavras-chave: Professor de Geografia. Material didático. Autonomia docente.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, os livros didáticos têm sido utilizados no processo de ensino e aprendizagem desde o início do sistema escolar oficial, no século XIX. Porém, antes disso já haviam publicações que eram utilizadas como recursos ao ensino em sala de aula.

Por longo tempo a utilização de livros didáticos ocorreu sem que houvesse pesquisas

¹ Doutoranda em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Graduada em Pedagogia pela Uninter. Graduada em Geografia e Mestra em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Professora da rede municipal de ensino de Charrua-RS. Integrante do grupo de Pesquisa “Ensino e Metodologias em Geografia e Ciências Sociais” (UNIJUI) e colaboradora no grupo de Pesquisa “Interdisciplinaridade, Docência Universitária e Políticas Educacionais” (PPGEdu-UPF). Atuou como avaliadora de livros didáticos no Programa Nacional de Livros Didáticos do Brasil - PNLD 2017, PNLD 2018 e PNLD 2019 – área de Geografia. Endereço eletrônico: c.copatti@hotmail.com

específicas sobre a qualidade, as lacunas e melhorias de que necessitavam, o que só ganhou maior centralidade em meados da década de 1990, com as avaliações pedagógicas de livros didáticos e com pesquisas mais específicas referentes a estes recursos. Manteve-se, por longo tempo, na estrutura dos livros, várias incorreções e inadequações que, na atualidade, têm sido observadas e melhoradas no processo de avaliação pedagógica.

Atualmente os livros didáticos de Geografia e de outras áreas do conhecimento constituem um recurso presente em sala de aula, mas nem sempre bem visto e aceito entre os docentes. Embora para muitos professores constitua um importante aliado ao desenvolvimento das aulas, um recurso essencial no planejamento da disciplina, outros o consideram desnecessário ao seu trabalho, um objeto limitador do seu planejamento.

Tendo como pressuposto as diferentes relações que se constituem entre professor e livro didático, preocupa-nos a utilização deste como único recurso, substituindo o planejamento da aula e, também, a autonomia do professor no processo de ensino e aprendizagem. Diante disso, procura-se refletir sobre a relação professor - livro didático no ensino de Geografia. Para tanto, a questão central trata: de que maneira o livro didático influencia a prática docente? Considerando o desenvolvimento da autonomia do professor, que perspectivas podem emergir da relação com o livro didático?

No intuito de refletir sobre a força desse recurso sobre a prática docente em Geografia optou-se pela abordagem de cunho teórico-bibliográfico, a partir de preocupações com esse material didático presente na grande maioria das escolas públicas do Brasil.

2 LIVROS DIDÁTICOS E A GEOGRAFIA ESCOLAR NO BRASIL

A Geografia, desde o século XIX, conquistou espaço no ensino escolar em diversos países. No Brasil, entre as décadas de 1830 e 1840 a Geografia estava dando os seus primeiros passos na escola, diante do contexto histórico de independência do Brasil em relação à Portugal, quando foram realizados avanços na estruturação da educação no país. Nesse período foi criado o Colégio Pedro II, servindo como modelo para o ensino secundário, e ocorreu, também, a criação de Liceus em diversas províncias, tais como o da Paraíba, em 1831, o do Ceará 1844, o de Pernambuco em 1871 (PINA, 2009).

O ensino de Geografia nessas instituições compunha o currículo, no entanto, não se sabe se passou a ser efetivamente lecionada nessas instituições (PINA, 2009), visto que, mesmo sempre tendo feito parte das aulas, inicialmente, teve pouca expressividade,

constituindo conteúdo em outras disciplinas lecionadas. Sua autonomia como disciplina foi conquistada mais tarde, estruturada a partir de seus conteúdos, e em determinados períodos, através dos Estudos Sociais ou das Ciências Sociais, que eram disciplinas ou áreas curriculares.

No contexto escolar a Geografia se estruturou, inicialmente, tendo por base a influência de pensadores franceses, de escritos de exploradores estrangeiros e brasileiros que se ocupavam de conhecer o território nacional. “O histórico dos itinerários das expedições, textos de geógrafos, naturalistas, narrativas de viajantes, engenheiros e técnicos eram registros utilizados pelos autores para a escrita do material escolar” (CARVALHO, 2014, p. 60).

Nesse período em que se inicia a disciplina de Geografia nas escolas, os livros didáticos já constituem material de ensino. Eram utilizados desde que foram criados os sistemas de educação em diversos países, ainda no início do século XIX, chegando, posteriormente, ao Brasil, vindos da França e de Portugal (TEIVES, 2015). Os professores se utilizavam de textos, cartas diversas e de livros no processo de ensino. Portanto, estes materiais serviram para divulgar ideias e valores de interesse ao desenvolvimento do país, principalmente a partir das intenções das elites.

O primeiro livro didático de Geografia utilizado no ensino primário no Brasil, de acordo com o Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros – LIVRES, foi escrito por Pedro d'Alcantara Bellegarde, em 1840, intitulado *Introdução corographica à História do Brasil*. Outra obra importante, ainda no século XIX, foi o livro *Compêndio de Geographia Elementar*, de José Saturnino da Costa, publicado em 1836 e que serviu ao ensino escolar.

Tanto os livros didáticos quanto o ensino escolar de Geografia apresentavam inúmeras lacunas. A Geografia ensinada nas instituições de ensino, à época, conforme explica Vlach (2004), se parecia àquela inspirada nos escritos de Manoel Aires de Casal e àquela apresentada pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Essa Geografia, “muitas vezes, não poderia ser, sequer, classificada como descritiva, dado que Aires de Casal não acompanhava os debates científicos da época, aos quais seus contemporâneos, Alexander Von Humboldt e Karl Ritter, os ‘pais da Geografia Moderna’, não eram alheios” (VLACH, 2004, p. 190). Também os livros didáticos tinham por base escritos deste autor e seguiam esse padrão descritivo.

Apesar dessa tendência havia autores que tinham outras perspectivas, como é o caso, por exemplo, de Thomaz Pompeu de Souza Brasil (1859), que escreveu o *Compêndio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil*, fundamentando seus escritos em outras bases, como em autores da Geografia, em revistas científicas e em outros importantes

materiais (PINA, 2009). No mesmo sentido, posteriormente, outros livros de cunho didático foram publicados, tais como os escritos por autores como Manuel Said Ali Ida, que teve continuidade com Carlos Miguel Delgado de Carvalho, dando prosseguimento aos estudos sobre o Brasil a partir de um viés crítico, contrapondo-se em relação à Geografia de cunho tradicional. Este autor publicou, em 1913, a obra *Geographia do Brasil*.

Outros autores também contribuíram nesse período e em décadas posteriores à produção de livros didáticos, dentre eles Horacio Scrosoppi, que publicou *Lições de Chorographia do Brasil*, em 1922; Carlos de Novaes, com a *Geographia especial ou Chorographia do Brazil*, em 1912; Mário da Veiga Cabral, que publicou seus escritos entre 1920 e 1965. Outro autor da Geografia Escolar brasileira é Aroldo de Azevedo. Sua obra didática segue o mesmo esquema de análise e de tematização definido por Delgado de Carvalho, tendo sido publicada entre as décadas de 1930 e 1970.

À época, apenas o livro de Delgado de Carvalho trazia tendências de renovação mais expressivas, o que não se via em outras coleções, que se embasavam em uma estrutura mnemônica. Entretanto, este autor não se utilizava de ilustrações em seus escritos, o que, em outros materiais já era apreciado nesse período. Isso contribuía para favorecer o interesse pelos livros, facilitar a compreensão e a visualização de paisagens e de questões cuja descrição em palavras não possibilitava a mesma interpretação.

As imagens, fotografias e desenhos utilizados pelos outros autores podem ser divididos em duas categorias: aquelas que mostram a natureza exuberante e fornecedora de recursos para o progresso do país e garantidora de uma posição do país na divisão internacional do trabalho, e aquelas da conquista da modernidade e da modernização, em especial as cidades como monumentos da civilização e as atividades produtivas modernas, mostrando as possibilidades de o Brasil acertar o passo no atraso econômico e se tornar potência sem tardar (CARVALHO, 2014, p. 58).

Ao passo que favorece a compreensão, as ilustrações transmitiam os valores e interesses políticos do momento que passava o país, inclusive no contexto do cenário mundial. Essa é uma postura recorrente e que mesmo na atualidade expressa ideologias construídas para reforçar o ideário do nacional.

A finalidade, naquele período, era desenvolver o espírito patriótico, tendo por base “um discurso sobre a civilização e sobre o progresso” (CARVALHO, 2014, p. 58), visando a integração nacional.

[...] é no período republicano que podemos observar uma intenção direta do Estado e dos autores em transformar a educação num veículo da ideologia nacional e dos valores da civilização. A formação do que deveria ser o povo brasileiro e a criação de um sentimento nacional estava presente nos livros didáticos de geografia, e também se percebia um apelo à padronização definitiva da língua e à integração do território (CARVALHO, 2014, p. 57).

Os livros didáticos serviam à formação da população em relação a diferentes temas envolvendo aspectos naturais e sociais do território. Servira para enaltecer as belezas e os recursos naturais disponíveis, além de estabelecer uma cultura que integrasse os valores da jovem nação.

Além de contribuir à integração nacional, os livros didáticos, ao longo da história da educação escolar, serviram ao trabalho dos professores, sendo disponibilizados com o intuito principal de organizar o conteúdo no currículo necessário ao ensino da matéria, seja de geografia ou de outras áreas. Desde sua estruturação inicial traz implícita uma intencionalidade política e ideológica.

Nos livros de Geografia o modo de abordar o conteúdo inicialmente teve por base a perspectiva tradicional, que permaneceu hegemônica até que surgissem e se sobressaíssem as tendências de renovação, a partir da década de 1970. Entretanto, as propostas originais no sentido de uma Geografia crítica encontraram dificuldades em chegar à Geografia escolar, por vezes sendo deturpada em sua ideia original. Nesse sentido, os materiais didáticos construídos sob essa perspectiva, em muitos trechos mantiveram a estrutura tradicional e a fragmentação que perpassava a Geografia nesse período.

Facilmente chegou a um ensino que não era de conteúdos da Geografia, por ancorar-se apenas na metodologia e utilizar discursos sem sustentação teórica. Muito embora, atualmente, deva-se considerar que os materiais didáticos, no contexto da educação brasileira e da Geografia escolar, mesmo contendo propostas já bastante transformadas, seguindo perspectivas de pensamento crítico ou de tendências subjetivas como a Geografia Cultural, continuam estruturados basicamente de modo tradicional. Fato que contribui, também, para que o ensino de Geografia ocorra a partir de conteúdos dispersos, de modo a não produzir a condição para fazer a análise geográfica.

3 MUDANÇAS E CONTINUIDADES NO LIVRO DIDÁTICO E SUA RELAÇÃO COM O PROFESSOR

O livro didático, cada vez mais, tem servido como objeto de pesquisas em diversas

áreas do conhecimento. Como aponta Munakata (2012), os trabalhos acadêmicos brasileiros sobre livro didático publicados nos anos 1970 e 1980 não passavam de quase 50 títulos. Daquela época em diante o número das pesquisas sobre essa modalidade de material escolar não tem parado de crescer: 22 títulos entre 1993 e 1995; 29 em 1996; 26 em 1997; 63 em 1998; 79 em 1999; e 46 em 2000. Entre 2001 e 2011 foram cerca de 800 trabalhos produzidos sobre o livro didático. Esse número tem aumentado nos últimos anos devido à crescente preocupação com a qualidade destes recursos, tanto em relação ao processo de produção, avaliação, qualidade do material gráfico, adequação e atualização do conteúdo, dentre outras preocupações que tratam os pesquisadores que se debruçam sobre essa temática.

Dentre os estudos atuais perpassa a qualidade das coleções, os conteúdos, conceitos e suas adequações aos diferentes níveis de ensino. Ainda, referente à avaliação das coleções didáticas, ao papel do livro didático em sala de aula, ao protagonismo do professor no uso desse material e sua autonomia, tanto em sala de aula quanto em seu planejamento de ensino. Dentre os motivos envolve pensar que estes recursos são utilizados por milhares de professores e estudantes de todo o país, sendo contemplados, atualmente, mais de 29 milhões de alunos (PNLD 2017)², somente dos anos finais do ensino fundamental, além de estudantes dos anos iniciais, do ensino médio e da educação de jovens e adultos (EJA), em diferentes áreas do conhecimento escolar.

Melhorias nas coleções didáticas têm sido maiores nos últimos anos, a partir principalmente da avaliação pedagógica das obras das mais diversas áreas do conhecimento, proporcionada pelos critérios do Plano Nacional do Livro Didático - PNLD. Isso contribui para que sejam analisados diferentes aspectos, como a formação cidadã, o respeito à diversidade, os conteúdos, as ilustrações, o manual do professor, os *links*, fazendo com que haja maior rigor em relação à produção das coleções que chegam às salas de aula do país.

Na atualidade, os livros didáticos ganharam ainda mais notoriedade, seja no atendimento aos estudantes, a partir de coleções distribuídas às escolas de maneira gratuita, atendendo às diferentes áreas do conhecimento, seja como complemento ao trabalho dos professores. A proposta que existe, atualmente, para as coleções didáticas de educação infantil e anos iniciais da educação básica é fornecer livros didáticos consumíveis (a partir do PNLD 2019), o que torna o investimento em livros didáticos ainda mais expressivo. Isso requer que o processo avaliativo seja cada vez mais rigoroso, visto que há altos investimentos em torno da produção destes materiais.

² Disponível em: <http://www.fn.de.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>.

Embora o programa de produção de livros didáticos exista desde 1929, foi somente em 1985, com a criação do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, substituindo o Programa do Livro Didático do Ensino Fundamental - PLIDEF, que ocorreram mudanças mais significativas na estrutura da produção e avaliação destes materiais. Essas mudanças se delinearão principalmente a partir da década de 1990, mais especificamente em 1996, quando iniciou o processo de avaliação pedagógica dos livros didáticos, com a publicação do primeiro Guia de Livros Didáticos para as coleções dos anos iniciais, servindo à escolha destes materiais pelos professores. Esse programa, posteriormente, foi ampliado aos anos finais do ensino fundamental e, mais tarde, para o ensino médio.

A produção, a avaliação e a distribuição dos materiais didáticos são etapas importantes para que, posteriormente, cheguem às escolas livros didáticos cada vez mais qualificados para contribuir com a aprendizagem. No entanto, mesmo passando por avaliação criteriosa, o livro didático mantém ainda em sua estrutura muitas lacunas que dizem respeito à sua estrutura fragmentada e descritiva. Por isso, é preciso atentar para a força que esse material exerce sobre os professores que o utilizam, visto que continua sendo o recurso mais presente em sala de aula e, em muitas realidades, o principal ator no processo educativo.

Há que se considerar que em um país com dimensões territoriais como o Brasil, com muitas regionalidades marcantes e com extrema desigualdade social, o livro didático é, em algumas realidades, o único recurso disponível nas escolas e que chega às famílias (CALLAI, 2016), e, muitas vezes, é o único material consultado por muitos professores. Em outras realidades é um dos vários recursos disponíveis, sendo considerado desnecessário.

As relações que se estabelecem com o livro didático dependem, então, de diferentes variáveis, como das condições de trabalho, das características do lugar de atuação, do momento em que é produzido e de como é utilizado nas diferentes situações escolares (BITTENCOURT, 2004), podendo ser decisivo para qualificar ou dificultar o ensino de Geografia. É preciso, então, atenção às funções desempenhadas pelo livro didático e às funções que cabem ao professor.

Requer considerar as tensões que emergem da relação professor - livro didático e que podem levá-lo ao constante diálogo com esse material. Esse processo, dependendo de como é conduzido pelo profissional, pode gerar, também, diferentes intenções que podem contribuir ao processo de ensino e aprendizagem escolar.

4 TENSÕES PROFESSOR - LIVRO DIDÁTICO E AS INTENÇÕES DE USO DESSE RECURSO

O livro didático ganha maior importância à medida que o professor depende dele e o utiliza sem autonomia. Diante disso, surgem situações que podem dificultar o trabalho docente pela tensão que se produz. Isso se evidencia, por exemplo, ao tomar o livro didático como um “manual” que conduz o professor, comparado a uma receita a ser seguida e acaba por definir o que deve ser trabalhado em sala de aula.

Seguindo-o como a uma receita, acredita-se, muitas vezes, que este garantiria a qualidade do ensino; ou seja, seguir o livro didático seria suficiente para que se chegue à aprendizagem. Nestas situações há dificuldade em estabelecer autonomia na condução do processo educativo, tarefa assumida por este material, mesmo dotado de lacunas e fragilidades.

Isso acaba por gerar tensões na relação professor-livro didático, pois este recurso não constrói as bases que estruturam o fazer docente, que amparam a ação pedagógica do professor, as escolhas que faz e as estratégias que precisa utilizar no ensino escolar de Geografia. Diante disso, o professor precisa redobrar a sua atenção, o que implica conhecer e compreender o que o livro didático lhe oferece, sem deixar-se influenciar, fazendo com que este material exerça sua função complementar com a máxima qualidade que se busca em um recurso didático. Porém, somente o livro didático não tem condições de suprir todas as necessidades que envolvem o processo educativo e, mais especificamente, o ensino de Geografia.

São muitos os elementos que contribuem para a construção de um processo educativo de qualidade, crítico e problematizador da realidade, como os conhecimentos específicos da ciência geográfica e de sua base escolar, a legislação que alicerça a educação e a docência, os conhecimentos da realidade, das experiências e do contexto específico da escola, que não podem ser desconsiderados, mas que se legitimam a partir da necessidade de construir conhecimentos baseados nas diferentes áreas que compõem o currículo escolar.

As determinações que pautam os livros didáticos são na maior parte das vezes distanciadas da realidade vivida, seja pelos estudantes, seja pelo docente. Nesse sentido, a questão, sempre discutível, além das demais já referidas aqui, é porque os livros didáticos são construídos para atender a todo o território nacional se existe, conforme Callai (2016b), uma grande diversidade. Em um território tão extenso e diverso, em termos de etnias, culturas, contextos de vida, é evidente que utilizar um único livro didático em todo o território

constitui-se de uma tarefa difícil e complexa, o que requer, entre os profissionais, o cuidado sobre o que abordar e de que maneira utilizar o livro didático no seu cotidiano de atuação, adequando-o à realidade vivida.

O olhar crítico do professor para o livro didático é fundamental, tendo em vista a análise dos diferentes elementos que o compõe, no intuito de perceber se este material, de fato, pode contribuir para o ensino de Geografia da realidade específica em que atua.

Não desmerecendo sua contribuição no que tange à “transmissão”, às novas gerações, de conhecimentos construídos pela humanidade ao longo do tempo, o intuito é debater sobre o modo como isso é conduzido na relação que o professor estabelece com este material, visto que o livro didático, dependendo de como é usado, pode ser simplesmente um repassador de informações, e muitos professores lhe atribuem um papel maior do que lhe é possível cumprir (CALLAI, 2016a).

De que modo, então, utilizar o livro didático tendo em vista tantas tensões que emergem em seu uso, devido às funções que lhe cabem, que acabam por “moldar” um formato de ensino aos professores? Que conhecimentos são base para a educação geográfica? Que elementos permitem desenvolver a Geografia como parte do cotidiano e não como algo distante, difícil e confuso? Para que serve estudar Geografia? Em que os conteúdos dessa disciplina contribuem para a formação de um sujeito que possa ser capaz de se reconhecer como um cidadão pleno? São diversas as questões a serem constantemente problematizadas pelos professores e que, nas páginas deste artigo não poderão ser aprofundadas.

Ao aprender Geografia, enquanto professores, dotamo-nos de conhecimentos acerca da constituição histórica e científica dessa ciência, e nesse contato, pouco a pouco nos imbuímos da tarefa de contribuir para outras aprendizagens no ambiente escolar e também fora dele. É essa estrutura que dispõe as bases para nossa atuação. Para tanto, é necessário considerar a constituição da ciência geográfica e suas transformações, as dinâmicas que perpassam a Geografia no contexto contemporâneo, imbricadas no processo de ensino e aprendizagem, que são tarefas do professor. E do mesmo modo, é fundamental compreender qual o papel da escola na formação dos jovens, pois é nela que podem ter acesso aos conhecimentos que a humanidade produziu.

Nesse sentido, é preciso que esteja claro que Geografia é ensinada na escola e nos cursos de formação docente, pois sem ter isso de maneira clara, ele apenas reproduz conteúdos dos materiais didáticos de modo muitas vezes precário (CALLAI, 2010). Se isso ocorre, acaba se revertendo em dificuldades de definir que parâmetros utiliza para a prática

que realiza, o que embasa as decisões que toma sobre procedimentos didático-pedagógicos, bem como em relação à definição de qual livro didático utilizar e com qual finalidade.

Assim, na relação com o livro didático, o professor, considerando a estrutura do conhecimento específico que alicerça sua profissão, encontra suporte para suas escolhas. Isso demanda saber utilizar categorias, conceitos e princípios como estruturantes da Geografia, a partir da compreensão dos aspectos teórico-metodológicos e pedagógicos que comportam a educação geográfica escolar. Nesse processo, precisa estar atento também às possibilidades que podem emergir a partir do livro didático.

Definir suas intenções em relação à utilização do livro didático leva em conta o que ensinar, por que ensinar, para quem está ensinando, de que forma ensinar determinados conteúdos e de onde surge a perspectiva que adota para isso. A partir daí, estabelece as estratégias para cumprir essas finalidades.

Isso se constrói ao longo do trabalho do professor, mas precisa ser delineado no planejamento inicial, no momento de construir o percurso a ser desenvolvido ao longo do ano letivo. Então, pode-se pensar de que modo adequar o livro didático às necessidades de aprendizagem do estudante, a fim de que compreenda a construção do conhecimento como um processo que se faz a partir de diferentes possibilidades mediadas pelo professor.

Todo esse processo demanda reflexões sobre o modo como pode contribuir na formação dos alunos para o cotidiano da vida, auxiliando-os na educação para a cidadania, para a reflexão, a inquietude. Envolve conhecimentos sobre as dinâmicas mundiais e locais, em diferentes aspectos (naturais, sociais, econômicos, políticos...) e às suas aproximações, considerando situações que perpassam a vivência em sociedade. Isso tudo vai muito além das propostas trazidas pelos livros didáticos.

Um possível caminho para esse processo é levar em conta os principais conteúdos a serem abordados em sala de aula, os conceitos que delineiam esses conhecimentos, as categorias que servem à análise geográfica. Consideramos, a partir de Souza (2011), que o desenvolvimento do pensamento geográfico decorre da aprendizagem de conceitos que estruturam o pensamento espacial, e, são eles, segundo Corrêa (2000), a paisagem, o lugar, a região, o espaço e o território. De acordo com Suertegaray (2005), devem-se acrescentar, ainda, os conceitos de ambiente e rede.

Trabalhar a partir dos conceitos e considerar a constituição do pensamento geográfico ao longo do tempo, seguindo diferentes tendências, contribui à construção do pensar do professor e compõem as bases de conhecimento geográfico, favorecendo que o profissional desenvolva seu trabalho fazendo escolhas e adaptações do livro didático na prática de ensino.

Portanto, é fundamental ao professor buscar outros recursos, não utilizando o livro pura e simplesmente para “transmitir” informação, ou em outras palavras, para passar o conteúdo exigido no currículo escolar.

Além dos conceitos, é necessário analisar os conteúdos estruturados no livro, a partir dos textos, ilustrações, atividades, recursos cartográficos. Estes elementos constituem apenas uma das variadas possibilidades à construção do conhecimento, dentre tantas outras que podem ser construídas a partir de artigos, textos complementares, obtidos em outras fontes. Por isso o professor pode utilizar o livro didático como ponto de partida para questionamentos, confrontos ou aproximações com outras fontes, no intuito de atuar de modo crítico. Nesse viés, não se trata de adequar-se ao livro, mas de utilizá-lo a partir da organização de trabalho construída pelo professor atento à legislação vigente, às diretrizes e à base curricular que orienta a educação escolar e o ensino de Geografia. Levando em conta, ainda, o projeto político pedagógico e os conteúdos programáticos que servem de orientadores na escola.

Cabe, portanto, ao professor ter atenção a todos esses elementos, além do conhecimento da ciência e de outros saberes, definidos por Gauthier et. al. (2013) como “saberes profissionais”, que são eles: saberes disciplinares, curriculares, das ciências da educação, da tradição pedagógica, experienciais e da ação pedagógica. Estes saberes podem ser agrupados em: saberes da experiência, do conhecimento e pedagógicos, que aliados, contribuem à construção da autonomia docente.

Essa autonomia que se espera do professor se inicia na formação inicial, a partir da consolidação das bases que estruturam a sua atuação enquanto profissional. É um processo contínuo e requer constante aperfeiçoamento que se delinea em sala de aula, aliando teoria e prática. Diante disso, a formação permanente em busca da autonomia intelectual contribui para que o professor seja capaz de fazer escolhas ancoradas no conhecimento que estrutura sua profissão.

A Geografia Escolar oferece condições para que o estudante construa possibilidades de leitura e compreensão do mundo, das relações sociais e de formação para a cidadania. Nesse processo, ao mediar a formação dos estudantes, o professor faz uso de conhecimentos e concepções que lhe possibilitem desempenhar suas funções. Desenvolver essa tarefa implica ter autonomia no trabalho docente (COPATTI, 2017, p. 165).

A autonomia requer consciência da dinâmica que envolve o ensino e a aprendizagem escolar. Para tanto, o professor pautado numa construção teórico-metodológica da ciência que

ensina, poderá desenvolver a autonomia de pensamento, tanto na relação com o livro ou com qualquer outro recurso didático. Nesse sentido, a autonomia do professor em relação ao livro didático pode transformar esse recurso em instrumento pedagógico e não em instrumento absoluto na sua prática pedagógica (SPOSITO, 2006), tomando-o como apenas um dos recursos que podem ser utilizados. E mais do que isso, que precisa ser sempre complementado, atualizando as informações e trazendo outros pontos de vista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na relação com o livro didático ocorrem diferentes situações. Há professores que consideram este um importante recurso didático quando utilizado de maneira adequada ao planejamento das aulas; outros o vêem como único recurso, aquele que contém tudo o que o professor necessita para o planejamento das aulas. Outros, ainda, não o utilizam e o consideram desnecessário.

O livro didático influencia no ensino de Geografia de modos diversos, dependendo da forma como o professor o interpreta. Quando existe dependência do professor em relação ao livro isso gera algumas tensões, tanto em relação aos conteúdos, atividades e recursos que disponibiliza, quanto à linguagem, às tendências teórico-metodológicas que o livro segue e que acabam por definir como o professor deve ensinar Geografia.

No entanto, quando existe autonomia do professor no processo de ensino, pode decidir entre não usar este material ou utilizá-lo de acordo com as necessidades de seu planejamento. Isso pode ocorrer a partir da definição clara de elementos que são realmente importantes a serem considerados no livro. Nesse sentido, a partir de intenções conscientes, embasadas no conhecimento teórico-metodológico próprio da ciência geográfica e da experiência no ensino, o professor pode realizar complementações, adequações de linguagem, utilização de atividades, textos, seções complementares, de acordo com sua interpretação.

A partir do conhecimento da ciência, das categorias, conceitos e princípios geográficos que dão sustentação à prática de ensino, o professor pode tomar decisões sem que precise se ancorar no livro didático como um manual a ser rigorosamente seguido. Este material, carregado de significados, quando não conectado à realidade da escola e do aluno, pode não contribuir efetivamente para a significação da aprendizagem do estudante. Aí o papel do professor tem grande peso, visto que pode instigar diferentes leituras do espaço geográfico, propondo leitura e interpretação que conduzam à construção de um pensamento crítico e complexo sobre a realidade.

LA FUERZA DEL LIBRO DE TEXTO DE GEOGRAFÍA EN LA PRÁCTICA DEL PROFESOR

RESUMÉN

El artículo pretende reflexionar sobre la fuerza que ejerce el libro de texto em relación con el profesor de geografía. Por lo tanto, tenemos como preguntas centrales: ¿cómo influyen em el trabajo de enseñanza los libros de texto? ¿Desde la perspectiva de la autonomía del profesor, que situaciones pueden surgir de la relación con el libro de texto? En este enfoque teórico, consideramos que la fuerza del libro de texto adquiere más notoriedad cuanto mayor sea la dependencia del maestro acerca de él. Ante esto, podría haber tensiones em esta relación, por la dependencia del maestro; o desarrollar sua utonomía, construir diferentes intenciones al utilizar este material.

Palabras clave: Profesor de geografía. Material didáctico. Autonomía del professor.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. Em foco: história, produção e memória do livro didático. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo , p. 471-473, v. 30, n. 3, 2004.

CALLAI, Helena C. O livro didático no contexto dos processos de avaliação. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa-PB, v. 10, n. 2, p. 273-290, 2016a.

CALLAI, Helena Copetti. O livro didático permite e oportuniza a democratização do conhecimento? In: SPOSITO, Eliseu Savério; DA SILVA, Charlei Aparecido; SANT'ANNA NETO, João Lima; MELAZZO, Everaldo Santos (Orgs.). **A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016b, p. 287-306.

CALLAI, Helena C. A Geografia ensinada: os desafios de uma educação geográfica. In: MORAIS, Eliana M. Barbosa de. MORAES, Loçandra B. de. (Orgs.) **Formação de professores: conteúdos e metodologias no ensino de Geografia**. Goiânia: NEPEG, 2010.

CARVALHO, Naiemer Ribeiro de. A construção da nação nos livros didáticos de geografia da primeira república. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 55-65, jul./dez. 2014.

COPATTI, Carina. Livro Didático e professor de Geografia: interações na prática de ensino. In: TONINI, et. al. **O Livro Didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem**. Porto Alegre: Sulina, 2017, p. 155-176.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GAUTHIER, Clermont; MARTINEAU, Stéphane; DESBIENS, Jean-François; MALO, Annie; SIMARD, Denis. **Por uma Teoria da Pedagogia**. Editora Unijui, 3. ed. 2013.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista brasileira de história da educação**, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012.

PINA, Paula Priscila Gomes do Nascimento. **A relação entre o ensino e o uso do livro didático de geografia**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Paraíba, 2009.

SOUZA, Vanilton Camilo. Fundamentos teóricos, epistemológicos e didáticos no ensino da geografia: bases para formação do pensamento espacial crítico. **Revista Brasileira de Educação Geográfica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 47-67, jan./jun. 2011.

SPOSITO, Elizeu S. Livro didático em geografia, do processo de avaliação à sua escolha. In: **Livro didático em questão**. Boletim 5. Salto para o Futuro. Tv Escola. MEC, 2006.

SUERTEGARAY, Dirce M. **Cadernos Geográficos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. – n. 12. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. Caminhos teórico-metodológicos para a investigação de livros escolares: contribuição do Centro de Investigación MANES. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 827- 843, out.-dez. 2015.

VLACH, Vânia Rubia F. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In. VESENTINN, José W. (org.) **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

Recebido em 07/01/2019.

Aceito em 10/06/2019